

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.598 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2002



Comissão de Orçamento inicia amanhã exame das emendas parlamentares

Inflação em alta deve garantir reestimativa de receita para 2003

O Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento deve decidir até amanhã como aumentar a previsão de arrecadação federal no próximo ano. A maior parte dos recursos deverá sair de uma reestimativa da arrecadação por conta do aumento da inflação neste segundo semestre, puxada pela valorização do dólar frente ao real.

PÁGINA 3



Aumento da participação federal no Fundef está na pauta da CE

Comissão de Educação avalia aumento do valor mínimo por aluno no Fundef

A Comissão de Educação deve examinar hoje projeto do senador Paulo Souto que eleva, gradualmente, o valor mínimo anual por aluno usado como parâmetro para a União complementar recursos do Fundef.

A proposta prevê que já em 2003 a participação do governo federal poderia chegar a R\$ 1,5 bilhão.

PÁGINA 4

Acordo permite votação de MPs a partir de hoje

Ramez Tebet acredita que entendimento com lideranças vai garantir apreciação normal das 18 medidas provisórias que estão na pauta

Os senadores devem começar a votar hoje 18 medidas provisórias aprovadas na semana passada pela Câmara dos Deputados. A previsão é do presidente do Senado, Ramez Tebet, que acredita num ritmo normal de votação, garantido pelo entendimento com os líderes partidários. Enquanto não forem votadas todas as MPs, a

pauta do Plenário permanecerá bloqueada para outras deliberações, e as comissões não poderão tomar decisões em caráter terminativo.

Mais da metade das MPs trata da abertura de créditos extraordinários em favor de órgãos públicos e da estruturação de carreiras do serviço público federal.

PÁGINA 2



Ramez Tebet está em entendimento com as lideranças e espera que as votações transcorram normalmente

Lando defende reforma agrária para combater a fome e gerar emprego

A melhor forma de o Brasil garantir emprego e renda e saciar a fome da população é promover a reforma agrária, afirmou ontem o senador Amir Lando. Ele sugeriu que o futuro governo crie um órgão executivo, diretamente ligado ao presidente da República, para tratar do assunto com eficiência e determinação.

PÁGINA 7

Acompanhante de menor em UTI pode ter despesas pagas

Projeto do senador Luiz Pontes que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos obriga planos e seguros de saúde a arcar com as despesas do acompanhante de doente menor de 18 anos internado em unidade de tratamento intensivo ou similar.

PÁGINA 5

Tebet: entendimento com líderes deve garantir votação de MPs esta semana

Presidente do Senado também se mostrou favorável a imediata deliberação sobre proposta de emenda constitucional que muda de 1º para 6 de janeiro a posse do presidente da República

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que a partir de hoje a pauta de votações do Plenário deve começar a ser liberada, com o início da votação das 18 medidas provisórias (MPs) aprovadas na Câmara na semana passada e lidas ontem em Plenário.

Tebet ressaltou que as matérias estão bem discutidas e que a Casa tem conhecimento dos assuntos a serem votados. Ele acrescentou que está em entendimento com as lideranças da Casa e que as votações devem transcorrer normalmente.

O presidente do Senado lembrou que as MPs terão sempre

prioridade na Casa, por sua urgência e relevância. Ele reafirmou a importância do papel do Congresso, especialmente em um momento delicado, como o de uma transição de governo, e destacou que a instituição vem cumprindo o seu papel.

Quanto à possível mudança da data da posse do presidente da República — do dia 1º para o dia 6 de janeiro —, Tebet disse ser favorável à votação imediata da proposta de emenda constitucional (PEC) que trata do as-



Ramez Tebet reafirmou a importância do Congresso, especialmente na fase de transição

sunto. A PEC aguarda votação na Câmara. Ele voltou a afirmar que 1º de janeiro é uma data impró-

pria para a posse, por se tratar de uma data comemorada no mundo inteiro, o que prejudica a vinda ao Brasil de delegações estrangeiras. Tebet acrescentou que, caso haja unanimidade sobre o assunto, a matéria pode ter tramitação especial.

— Se a PEC chegar aqui, vou reunir os líderes para ver se encontramos uma forma de votar a tempo — afirmou.

Para alterar a data da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, a matéria tem que ser votada ainda nesta sessão legislativa ordinária, cujo encerramento está previsto para 15 de dezembro.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: apreciação de MPs; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 14/02, que cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; PLC nº 110/01, dispõe sobre o Conselho Federal e os conselhos regionais dos despachantes documentais; PDL nº 298/01, aprova o texto da Convenção nº 171 da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao trabalho noturno; e PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de emissores de radiodifusão.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 — Comissão de Educação

14h30 — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: apreciação de projeto e avisos remanescentes da pauta anterior. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 67/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o BID, no valor de até US\$ 5 milhões, destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do Tribunal de Contas da União; votação, em segundo turno, da PEC nº 55/01, que altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); votação, em primeiro turno, da PEC nº 16/02, que altera o inciso I do artigo 159 da Constituição federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); entre outras proposições.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 14/02, que cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários e a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requecimento nº 519/02, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 19/99 com o PLC nº 54/02, por regularem sobre a mesma matéria.

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

11h — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, para prestar esclarecimentos acerca da proposta de lei orçamentária do União para 2003. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados.

Pauta é trancada a partir do 45º dia de tramitação

Segundo a Constituição, a edição de medidas provisórias (MPs) é de competência exclusiva do presidente da República, e a tramitação inicia-se sempre pela Câmara. Uma comissão mista de 13 deputados e 13 senadores é incumbida de analisar as medidas antes de serem apreciadas pelo Plenário das duas Casas.

Se não for votada até 45 dias após a publicação, a medida provisória tranca a pauta da Casa onde estiver tramitando. O seu período de vigência é de 60 dias, podendo ser prorrogado por mais 60.

Na hipótese de o Congresso Nacional não se manifestar sobre a MP no prazo de sua validade, ela perde a eficácia, sendo rejeitada por decurso de prazo. O presidente da República só pode editar em outra sessão legislativa a medida provisória que for rejeitada.

Medidas provisórias têm prioridade no Plenário

Das 35 matérias incluídas na ordem do dia da sessão de hoje, 18 são medidas provisórias (MPs) com prioridade de votação sobre as demais proposições. Enquanto as MPs não forem votadas, todas as demais deliberações legislativas em Plenário e as decisões em caráter terminativo nas comissões permanentes ficam suspensas. Mais da metade dessas MPs tratam da abertura de créditos extraordinários em favor de órgãos públicos e da estruturação de carreiras do serviço público federal.

Sete medidas provisórias dispõem sobre a abertura de créditos extraordinários em favor dos Ministérios de Minas e Energia (R\$ 326.075.000) e da Integração Nacional (R\$ 36.365.000). Nesse rol também estão créditos extras de R\$ 380.905.883 e R\$ 7.000.000.000, dirigidos, respectivamente, a operações oficiais de crédito e a encargos financeiros da União.

Número idêntico de medidas provisórias regulam o reequilíbrio de algumas carreiras vinculadas à União, como as de procurador da Fazenda Nacional, de auditores do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Ministério do Trabalho, de perito federal agrário, bem como a carreira de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Também aguardam votação da Casa MPs que estabelecem normas sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo e a que altera a legislação sobre vale-pedágio, transporte aquaviário e terrestre e criação de agências nacionais de transporte.

RÁDIO E TV

A pauta do Plenário inclui ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria compensação financeira, oriunda da receita do Imposto de Im-

portação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo em suas transações comerciais com o exterior e o projeto da Câmara dos Deputados que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentais.

Estão também na ordem do dia 14 projetos de decreto legislativo sobre exploração de serviços de radiodifusão. Desse total, dez autorizam a execução de serviço de rádios comunitárias em municípios de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Acre, Pará, Tocantins, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Dois referem-se a atos autorizando o funcionamento de emissores em frequência modulada em cidades de São Paulo e Minas Gerais e mais dois, à execução de serviços de televisão no Piauí e em Mato Grosso do Sul.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CMO define como aumentar previsão de receita

Inflação acima da estimativa oficial deve propiciar crescimento da arrecadação de tributos em 2003. Comissão pode usar esse dinheiro para bancar reajuste do salário mínimo, financiamento de projetos sociais e emendas de parlamentares

O Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve decidir amanhã como aumentar a previsão de arrecadação federal no próximo ano. O objetivo é encontrar dinheiro para bancar um reajuste para o salário mínimo acima da inflação, financiar projetos sociais do novo governo e garantir recursos para as emendas dos deputados e senadores.

Depois de três reuniões, o comitê concordou que a maior parte dos recursos deverá sair de uma reestimativa da arrecadação por conta do aumento da inflação neste segundo semestre, puxada pela valorização do dólar frente ao real. A possibilidade existe porque a proposta de Orçamento da União foi feita pelo Executivo em julho passa-

do, quando não se previa qualquer aumento excepcional da inflação.

Assim, a proposta chegou ao Congresso prevendo que o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, índice usado no Orçamento, ficaria no período janeiro-setembro em 7,63%, mas o percentual efetivo chegou a 11,6% – um crescimento de quase 4 pontos percentuais. Aumento de inflação acaba gerando, nos meses seguintes, crescimento de arrecadação, e é isso que o Comitê de Receitas tenta quantificar.

O relator-geral do Orçamento de 2003, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), decidirá como usar o dinheiro da reestimativa, devendo direcionar uma parte aos dez relatores setoriais, para que acei-

tem emendas dos parlamentares ao Orçamento. Os relatores setoriais iniciam ainda nesta semana o exame das milhares de emendas que os deputados e senadores apresentam ao Orçamento até hoje, devendo concluir seu trabalho em dez dias.

Cada parlamentar pode apresentar até 20 emendas, limitadas ao total de R\$ 2 milhões, desde que indiquem de onde querem tirar igual valor. Por lei, o Congresso não pode mexer nas verbas destinadas constitucionalmente aos estados e municípios, ao pagamento de pessoal, aos juros da dívida pública e à Previdência Social. Tradicionalmente, as emendas dos parlamentares se concentram nos investimentos em infra-estrutura, saúde e educação.



Roosevelt Pinheiro

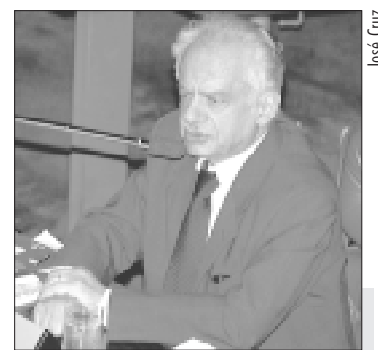
Sérgio Machado receberá reestimativa de arrecadação e decidirá áreas que terão mais recursos

Simon propõe Orçamento que garanta continuidade de obras

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já aprovou e o Plenário do Senado deve votar até o fim do ano proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece a obrigatoriedade de o Orçamento Geral da União incluir um demonstrativo, por região, dos efeitos sobre as receitas e despesas das isenções e anistias fiscais, subsídios e benefícios econômicos, tributários e de créditos.

A PEC também propõe que o orçamento anual contenha um quadro detalhado das obras públicas inacabadas, com a indicação das causas da interrupção, e dispõe que, uma vez iniciada uma obra, ela constará em todos os orçamentos até a sua conclusão. A proposta, que prevê também a garantia permanente de verbas destinadas a reduzir as desigualdades regionais, recebeu emendas na CCJ, acatadas pelo relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), e depende agora de inclusão na ordem do dia.

Em sua justificativa, Pedro Simon explica que a Constituição de 1988 tem corte parlamentarista no tratamento que dá ao Orçamento Geral



José Cruz

Segundo Simon, a realidade atual é de "uma espécie de irresponsabilidade orçamentária"

da União, e por isso precisa de adaptações. Simon identifica na realidade atual o que classifica como "uma espécie de irresponsabilidade orçamentária". E explica: "A sensação é a de que cada orçamento anual rege uma realidade individualizada, sem qualquer laço com as leis orçamentárias passadas e futuras".

O senador aponta como principal exemplo as obras públicas inacabadas. O orçamento de um ano fiscal aloca dinheiro para determinada obra pública tida como necessária; o dinheiro é insuficiente e a obra pública no exercício seguinte é abandonada, inconclusa, não recebendo mais dotações.

Prazo para emendas de parlamentares termina hoje

O prazo para a entrega das emendas dos parlamentares à proposta orçamentária de 2003 termina hoje, e já amanhã, em audiência pública marcada para as 11h, a CMO vai discutir o Orçamento do próximo exercício com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias.

Embora ainda não tenham uma quantificação exata, os técnicos da CMO informaram ontem que o número de emendas apresentadas ainda era pequeno; eles esperam que o movimento para o encaminhamento das propostas se acelere hoje.

Cada parlamentar (são 513 deputados e 81 senadores) tem direito a apresentar até 20 modificações, com um teto global de R\$ 2 milhões, mas precisa indicar de onde virão os recursos para o atendimento às suas propostas.



José Cruz

Guilherme Dias reúne-se amanhã com a CMO para discutir a proposta orçamentária de 2003

Além das proposições individuais, há as emendas de bancadas e as enviadas pelas comissões permanentes das duas Casas, que, segundo informações obtidas na CMO, não completaram a escolha das suas emendas.

Ainda hoje, a CMO tem reunião às 14h30 para votar créditos su-

plementares e avisos sobre o acompanhamento de projetos com indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Um dos pontos mais importantes na agenda de trabalho da CMO nesta semana é a aprovação do parecer do Comitê de Avaliação de Receitas com a reestimativa da arrecadação tributária para 2003, com base na revisão dos parâmetros macroeconômicos deste e do próximo exercício. O trabalho técnico está em fase final e deve ser apresentado hoje ou amanhã, para que os dez relatores setoriais designados na sexta-feira possam começar a avaliar as emendas parlamentares. Os relatórios setoriais precisam ser votados até 27 de novembro, de acordo com o cronograma acertado pela CMO.

Plenário decidirá sobre extinção de tribunais de contas municipais

Proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que define a transferência das atividades dos conselhos e tribunais de contas dos municípios para os tribunais de contas estaduais deverá constar de uma das próximas pautas do Plenário. A matéria já foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer contrário do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), mas, como foi encaminhado recurso para que ela continuasse trami-

tando, seguirá para o primeiro turno de discussão no Plenário.

Maguito explica, na justificativa da PEC, que alguns órgãos públicos têm atribuições coincidentes com as de outros, como é o caso dos tribunais e conselhos de contas dos municípios que, segundo lembrou, têm tarefa similar à dos tribunais e conselhos de contas dos estados, ou seja, a de auxiliar as assembleias legislativas no exercício do controle externo da administração pública, diferenciando-se apenas o âmbito de atuação.

"Com o intuito de remover essa superposição de órgãos que têm semelhante finalidade é que apresentamos esta proposta" – esclarece Maguito, que informa também que essa situação, hoje, só vigora em quatro estados: Bahia, Ceará, Goiás e Pará. Nas outras 23 unidades da Federação, portanto, os tribunais de contas es-



Roosevelt Pinheiro

Maguito pretende "remover a superposição de órgãos com finalidade semelhante"

taduais já incorporaram as atribuições dos tribunais de contas municipais.

O senador define na PEC que os conselheiros do tribunal que for extinto passarão a integrar o tribunal ou o conselho de contas estadual, ficando vedada, no entanto, a partir da promulgação da lei, qualquer nomeação de conselheiros

para preencher vagas que surjam enquanto o número de membros efetivos do tribunal estadual não se reduzir aos sete previstos na Constituição. Ele ainda sugere a extinção dos demais cargos públicos dos tribunais de contas municipais.

Entre outros motivos, o senador Luiz Pontes argumentou, para rejeitar a proposta, que não existe superposição de atribuições, pois, segundo ele, um tribunal opera em âmbito municipal e o outro, em âmbito estadual.

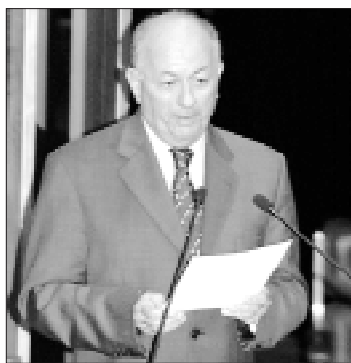
União pode ampliar complemento ao Fundef

Comissão de Educação analisa hoje projeto de Paulo Souto que eleva gradualmente recursos para o fundo. Complementação a cargo do governo federal seria aumentada de R\$ 400 milhões para R\$ 4,5 bilhões

O valor mínimo anual por aluno que delimita as complementações de recursos feitas pela União aos estados, no âmbito do Fundo de Valorização do Magistério (Fundef), poderá ser elevado gradualmente ao longo dos próximos anos. O aumento está previsto em projeto que será analisado hoje pela Comissão de Educação (CE).

De acordo com o projeto, de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA), o valor mínimo corresponderá à "razão entre a previsão da receita total para o fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas". Por iniciativa do relator, senador José Jorge (PFL-PE), foi incluída uma fórmula de transição, segundo a qual o valor mínimo equivaleria em 2003 a 70% do calculado, em 2004 a 80% e em 2005 a 90%. Nos anos seguintes, se adotaria o valor integral.

José Jorge elogiou a iniciativa de Souto, por "restituir a força do Fundef como política de melhoria da qualidade do ensino público", tornando mais claro o cálculo do valor mínimo. Para 1998 e 1999, o valor foi fixado pelo presidente da República em R\$ 315. O senador observou que a adoção imediata do novo mecanismo projetaria o valor para R\$ 735, levando a uma complementação da União de cerca de R\$ 4,5 bilhões – contra os atuais R\$ 400 milhões.



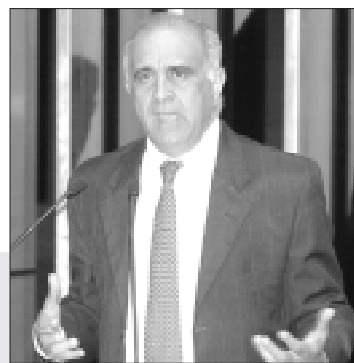
José Jorge, relator da proposta, elogiou iniciativa de Paulo Souto, por "restituir a força do Fundef" na política de promoção do ensino público

Pelo mecanismo transitório criado pelo relator, a União passaria a ser responsável por uma complementação de R\$ 1,5 bilhão em 2003 e chegaria, em 2005, a R\$ 4,5 bilhões. Depois disso, lembrou o relator, a diminuição de matrículas e o crescimento das receitas levariam a uma redução da participação federal no Fundef.

PAUTA TRANCADA

Estão em pauta na comissão dois projetos de caráter terminativo, que não deverão ser votados até que a pauta do Plenário seja desobstruída, com a votação de 18 medidas provisórias. O primeiro deles, de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES), estende à televisão a experiência de radiodifusão comunitária, regulamentada em lei há quatro anos.

Hartung pretende alterar a lei em vigor para incluir dispositivo que permita o funcionamento de emissoras de televisão co-



Paulo Souto, autor do projeto, elogiou iniciativa de Paulo Souto, por "restituir a força do Fundef" na política de promoção do ensino público

munitária. O serviço terá baixa potência e cobertura restrita e será outorgado a fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, com sede no local de prestação do serviço. A proposta tem parecer favorável da relatora, senadora Emilia Fernandes (PT-RS).

O outro projeto em análise pela comissão é o que flexibiliza a obrigatoriedade de transmissão do programa A Voz do Brasil, que contém noticiário dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A proposta, apresentada por Carlos Bezerra (PMDB-MT), com parecer de Lindberg Cury (PFL-DF), estabelece que o programa poderá ser retransmitido entre as 19h e as 22h. Prevê ainda que dez dos 30 minutos do noticiário preparado pelo Congresso poderão ser dedicados à divulgação de notícias de interesse local.

Olivir Gabardo assume vaga de Álvaro Dias

O professor Olivir Gabardo assumiu ontem a vaga do senador Álvaro Dias (PDT-PR), que se licenciou por quatro meses para tratar de assuntos particulares. Ao tomar posse, ele comunicou não integrar nenhum partido, pois na semana passada



Olivir Gabardo está sem legenda por ter-se desfilado do PDT

se desfilou do Partido Democrático Trabalhista (PDT) por discordar da maneira condescendente com que sua ex-agremiação reagiu ao descumprimento de acordo com o PT no segundo turno da eleição no Paraná.

De acordo com Gabardo, PT e PDT fecharam acordo de apoio recíproco em nível nacional e

"isso deveria significar uma aliança no Paraná entre os candidatos desses partidos para a Presidência da República e o governo do estado, como ocorreu em diversas outras unidades da Federação". No entanto, acrescentou Gabardo, "o PT não honrou esse pacto, trabalhando ativamente para a candidatura do seu adversário, o senador Roberto Requião, filiado ao PMDB, partido adversário do PT em âmbito nacional".

Gabardo apontou ainda "favorecimento decisivo" da Justiça Eleitoral, por não impedir a interferência petista em favor de Requião, contra Álvaro Dias e o acor-

do nacional firmado entre PT e PDT. A chamada "onda Lula", na opinião do senador, não teria sido suficiente para modificar o resultado da eleição.

A divulgação de pesquisas eleitorais na véspera das eleições também contribuiu para alterar o resultado eleitoral no Paraná, afirmou Gabardo, para quem essas pesquisas têm um poder indutivo sobre os indecisos, influenciando-os no sentido de votar nos candidatos melhor colocados.

– É fundamental que se distanciem as pesquisas da data do pleito, para que os eleitores não sejam contaminados por tendências conjunturais de última hora – afirmou.

Olivir Gabardo foi fundador do MDB no Paraná e deputado federal por três legislaturas.

Moreira destaca Festival do Turismo em Gramado

Participante do 14º Festival do Turismo de Gramado, realizado no último fim de semana, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) parabenizou os organizadores do evento, que ocorreu simultaneamente ao 10º Salão de Negócios Turísticos do Mercosul e ao 4º Salão do Rio Grande do Sul Cooperativado Touristcard.



Moreira Mendes elogia trabalho das organizadoras do evento

Conforme o parlamentar, o evento reuniu 1.788 empresas expositoras do Brasil e do exterior e mais de 10 mil visitantes. Ele leu trecho de boas-vindas apresentado pelas organizadoras do festival, Marta Rossi e Silvia Zorzanello, enfatizando que "o turismo não é somente uma alavanca para geração de riqueza, mas traz agregado valores tão caros ao homem quanto o bem-estar material".

Moreira Mendes disse que essas duas empresárias, que há 14 anos promovem o Festival do Turismo de Gramado, realizam um trabalho de grande relevância e competência.

– Eu ocupo a tribuna exatamente

para fazer menção a esse evento, de cuja abertura tive a honra de participar, ao lado da figura ilustre do governador daquele estado, o eminente Olívio Dutra, uma figura pessoalmente extraordinária, e ao lado também do prefeito Pedro Henrique Bertolucci.

Quando a Gramado, Moreira Mendes a definiu como a mais européia das cidades brasileiras, classificando-a como "fantástica, linda, acolhedora, com um povo maravilhoso, e que é um exemplo para o Brasil na questão do turismo". E afirmou que tudo que acontece em Gramado está intimamente ligado à indústria do turismo.

O senador também informou que, na abertura dos trabalhos, oito pessoas foram premiadas com o Troféu Festival de Turismo, por terem se destacado na defesa desse grande segmento da economia. E disse que as duas organizadoras do evento se superam a cada ano na realização de encontro tão importante.

Comissão examina nomes indicados para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) tem reunião marcada para hoje, quando vai analisar três mensagens da Presidência da República com as indicações dos nomes que deverão ocupar o cargo de embaixador do Brasil junto à Austrália, à Suíça e à República de Mali.

Para a embaixada do Brasil na Austrália foi indicado Frederico Cezar de Araújo, ministro de 1ª classe da carreira de diplomata do quadro do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) é o relator dessa mensagem.

Mauro Luiz Iecker Vieira, que também é ministro da carreira diplomática do Itamaraty, foi escolhido como embaixador brasilei-

ro na Suíça. A matéria tem relatoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

O nome indicado pela Presidência da República para exercer, cumulativamente, o cargo de embaixador junto à República da Costa do Marfim e à República do Mali é o do diplomata de carreira do MRE, Fausto Orlando Campello Coelho. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) é o relator dessa designação.

A primeira parte da reunião, em que os candidatos apresentam seu currículo e são sabatinados, é pública. Já a votação dos nomes indicados, realizada pelos senadores, é realizada secretamente. As indicações serão depois submetidas ao Plenário.

Plano pode ter de pagar acompanhante em UTI

Projeto a ser examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos garante o benefício a pessoas que estiverem em companhia de menores de 18 anos em unidades de terapia intensiva. Votação depende da desobstrução da pauta

Os planos e seguros de saúde terão de arcar com as despesas dos acompanhantes de doentes menores de 18 anos internados em unidades de tratamento intensivo, conforme proposta que deverá ser examinada, ainda este mês, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo.

Embora conste da pauta da reunião de hoje da comissão, a matéria, por ter caráter terminativo, não poderá ser votada antes da desobstrução da pauta do Plenário, o que deverá ocorrer somente após a análise das 18 medidas provisórias (MPs) já examinadas pela Câmara dos Deputados. As MPs estão na ordem do dia da sessão plenária de hoje.

A proposta original sobre os planos de saúde, apresentada em junho de 2000 pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE), recebeu emenda do relator, senador Wellington Roberto (PTB-PB), que



Luiz Pontes é autor da proposta, que recebeu parecer favorável de Wellington Roberto

decidiu ampliar o benefício, limitado pelo autor apenas aos acompanhantes de recém-nascidos, lactentes e crianças.

De acordo com a emenda incluída pelo relator, ao dar seu parecer favorável à proposta, o benefício da cobertura das despesas de acompanhante irá atingir

todos os casos de internação, em UTI (unidade de terapia intensiva) e similares, de pacientes menores de 18 anos.

QUEIXAS

Ao propor o benefício, o autor do projeto afirmou que é muito grande o número de queixas, no Procon, contra planos e seguros



Fotos: José Cruz

de saúde que se recusam a pagar despesas de acompanhantes de doentes internados em UTI. A alegação é que, naquelas unidades, "não é permitida a presença de nenhum membro da família do interno".

Segundo o relator, a norma vigente é bem clara sobre a obri-

gatoriedade de cobertura de despesas de acompanhante de pacientes menores de 18 anos por todos os planos de saúde que incluam internação hospitalar, sem fazer qualquer distinção entre as unidades em que o paciente esteja internado.

– Manifestações recebidas de profissionais de saúde assinalam a importância da presença do pai, mãe ou responsável no processo de recuperação de crianças gravemente enfermas – frisa o senador Wellington Roberto. Segundo disse, "mesmo que o acompanhante não possa estar em contato direto com a criança ou adolescente, sua presença próxima e contínua confere tranquilidade e segurança quanto aos procedimentos médicos que estão sendo tomados, sentimentos que acabam se transferindo para o paciente, ajudando na sua recuperação – argumenta o relator.

Apae é instrumento de defesa dos deficientes, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o trabalho desenvolvido pelas associações de pais e amigos dos excepcionais (Apaes) como instrumentos de defesa e conquista dos direitos fundamentais dos portadores de deficiência. Segundo disse, cerca de 17 milhões de brasileiros – praticamente 10% da população – sofrem de alguma forma de deficiência física ou mental.

Fundada em 1954, a Apae, hoje, está presente em grande parte dos municípios brasileiros, oferecendo atendimento educacional especializado a mais de 230 mil alunos e desenvolvendo um trabalho que vai desde a estimulação precoce até o atendimento à terceira idade. Segundo o senador, existem, no total, 1.800 escolas e entidades ligadas à instituição que funcionam em 21 estados e em 202 delegacias regionais.

As Apaes, orientadas pela Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Ex-



Segundo Lúcio Alcântara, organização oferece atendimento especializado a mais de 230 mil alunos

cepcionais (Fenapae), reúnem, diretamente, um contingente de mais de quatro milhões de voluntários, e, indiretamente, envolvem mais de 40 milhões de pessoas com o trabalho junto aos deficientes.

De acordo com dados do senador Lúcio Alcântara, a organização realiza ações nas áreas da educação, saúde, assistência social e jurídica. Promove ainda congressos, cursos, seminários, olimpíadas, festivais de arte, concurso de cartazes, escolarização, educação profissional, projetos de informática,

prevenção de deficiências, capacitação de profissionais nas áreas pedagógicas, administrativas e de saúde, além de outras ações definidas conforme a realidade de cada escola.

Lúcio Alcântara afirmou que, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, jamais faltou apoio às iniciativas da Apae. Citou como exemplo a ação do Ministério do Trabalho, que disponibilizou recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para apoiar o Projeto de Formadores em Educação Profissional. Iniciado em 1997, o programa já qualificou aproximadamente 28 mil profissionais, segundo informou.

TRABALHO

A Fenapae pretende implementar em todas as escolas, até o fim do próximo ano, etapas de preparação para o trabalho, qualificação profissional e colocação da pessoa portadora de deficiência no mundo do trabalho. No final do ano passado, a Coordenadoria Nacional

para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão do Ministério da Justiça, realizou curso de capacitação dos coordenadores jurídicos.

Alcântara chamou a atenção para o Projeto de Informática na Educação Especial (Proinsep), idealizado pela Secretaria de Educação Especial, que instalou 101 laboratórios de informática em Apaes de todo o país. Foram capacitados 580 professores que devem atender 15 mil alunos.

Lúcio Alcântara destacou também o aumento no número de pessoas portadoras de deficiência beneficiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1996 foram 304 mil; em 1997, esse número saltou para 557 mil; em 1998, chegou aos 641 mil; em 1999, 720 mil; em 2000, 807 mil; e, no ano passado, 900 mil pessoas.

O senador afirmou que o Brasil será um país melhor se forem asseguradas as condições para garantir os direitos e a cidadania das pessoas portadoras de deficiência.

Organização foi criada em 1954 no Rio de Janeiro

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) foi criada em março de 1954, no Rio de Janeiro, por um grupo de 48 pessoas incentivadas pela americana Berenice Bemis, também mãe de uma pessoa portadora da Síndrome de Down. Em 1962, com o crescimento das associações, surge a Federação Nacional das Apaes, que tem hoje sede em Brasília (DF). Atualmente, o Movimento Apaeano, como é conhecido, representa a maior organização social de caráter filantrópico do país na sua área de atuação. São mais de 1.800 unidades favorecendo 230 mil pessoas portadoras de deficiências nas áreas de educação especial, habilitação e reabilitação, saúde, formação profissional e prevenção.

Fonte: Federação Nacional das Apaes

Fim de votações secretas vai ao exame do Plenário

Substitutivo apresentado por José Eduardo Dutra a proposta de Tião Viana torna públicas todas as deliberações no Senado e na Câmara

Está pronta para entrar na ordem do dia do Plenário proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) que retira o caráter secreto do voto no caso de decisão sobre perda de mandato de deputado ou senador por falta de decoro parlamentar. Em seu substitutivo favorável ao projeto – já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) –, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ampliou a proibição do voto secreto para todos os casos relativos às votações no Legislativo.

Em seu parecer, Dutra explica que, embora apoiando a proposta em exame, decidiu aproveitar a ocasião para ampliar sua abrangência, suprimindo da Constituição todas as previsões de vota-



Iniciativa de Viana limitava-se a decisões sobre perda de mandato parlamentar

ção secreta, com o objetivo de permitir que o eleitor – “o verdadeiro soberano da nação” – acompanhe melhor o desempenho parlamentar de seus representantes.

Entre as votações secretas previstas na Constituição, estão a apreciação de vetos do presidente da República, a escolha de magistrados, ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Con-

tas da União (TCU) e a votação de nome de embaixadores, além da decisão sobre perda de mandato de deputado ou senador por falta de decoro parlamentar ou condenação criminal em sentença transitada em julgado.

O senador por Sergipe afirma que, ao vedar a possibilidade de voto secreto, as votações desse tipo previstas nos regimentos das Casas ficarão sem validade. José Eduardo Dutra admite, porém, haver matérias envolvendo razões cuja discussão precisa ser preservada da opinião pública.

– Nesses casos, proponho que apenas a fase de discussão seja secreta, fato que não impede uma votação aberta, permitindo a fiscalização do eleitor. É o caso da escolha de chefes das missões diplomáticas, que podem envolver informações sigilosas sobre relações entre países – conclui.

Razoabilidade pode ser princípio constitucional

O Plenário do Senado deve votar, até o final do ano, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que inclui, entre os princípios aos quais se submete a administração pública, o da razoabilidade. Entende-se por razoabilidade a necessidade de ponderação, por parte dos poderes constituídos, no caso de haver colisão entre valores da comunidade e direitos individuais.

Mozarildo informou que o princípio da razoabilidade, que já integra o texto de algumas constituições estaduais, como as de São Paulo, Minas Gerais e Sergipe, sempre foi mencionado e reconhecido pela doutrina e jurisprudência, da mesma forma como são os princípios da finalidade pública, entre os quais a autotutela, a hierarquia e a presunção de legitimidade, todos tidos como de observância obrigatória pela administração direta ou indireta.

– O princípio da razoabilidade traz em seu bojo a necessidade de aplicação de uma técnica de solução através da ponderação dos valores, objetivando harmonizar os vários



Mozarildo Cavalcanti diz que o preceito contido em sua proposta é adotado em vários estados

valores que encerram – explicou.

A proposta acrescenta o princípio da razoabilidade ao art. 37 da Constituição, que tem a seguinte redação: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. A proposição de Mozarildo chega ao Plenário com parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Livrarias venderão obras do Senado

No próximo ano, a Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) vai viabilizar, por meio de contratos com distribuidoras e livrarias, a venda, em todo o país, dos 134 títulos publicados pela Editora do Senado, especialmente as do Conselho Editorial da Casa.

A autorização para os contratos foi dada no final de outubro por ato da Comissão Diretora que leva em consideração “a necessidade de tornar mais acessíveis aos cidadãos as publicações editadas pelo Senado” e determina que o preço de capa deve ser compatível com a finalidade de tornar as obras culturais mais acessíveis à população, sem onerar o erário”.

O diretor da Seep, Júlio Werner Pedrosa, anunciou que os primeiros contratos serão celebrados no próximo dia 28 de novembro, durante as comemorações do aniversário da Seep. Ele esclareceu que a medida não vai representar alteração no preço final dos livros hoje praticado para a população, pois a margem de lucro da livraria será

embutida no valor.

O diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas, Raimundo Pontes Neto, responsável pela venda dos livros, explicou à Agência Senado que, atualmente, a editora não tem condições de fazer a distribuição das obras, parte mais complexa da indústria de livros.

– Nossa estrutura em Brasília não tem condições de distribuir e comercializar obras por todo o Brasil. Daí o fato de somente vendermos as publicações no próprio Senado, nas feiras de livros das quais a Casa participa ou pelos Correios – afirmou Neto.

SELO DE IDENTIFICAÇÃO

A ampliação da distribuição já havia sido testada anteriormente por meio da editora da Universidade de Brasília, mas, segundo Neto, não foram alcançados os resultados esperados. Para formalizar os contratos, Raimundo Pontes Neto informou ainda que foi criado um selo para identificar as livrarias e distribuidoras credenciadas pelo Senado.

– Queremos ter, em cada estado, diversos pontos em que a pessoa possa encontrar nossos li-

vros. Se eles não estiverem disponíveis imediatamente, por meio de pedidos das livrarias, poderemos remetê-los em poucos dias – afirmou Neto, esclarecendo que não haverá limite para o número de livrarias e distribuidoras credenciadas pelo Senado.

Raimundo Pontes Neto prevê que a tiragem dos livros não tenha que ser ampliada significativamente em uma primeira etapa, pois acredita que cada livraria deve fazer pedidos modestos, até mesmo para avaliar com precisão a boa aceitação que as obras do Senado têm no mercado. Caso a demanda cresça ainda mais, Júlio Pedrosa, diretor da Seep, garante que a editora do Senado tem condições técnicas de atender a todos os pedidos.

A lei de licitações prevê o credenciamento aberto a quem quiser participar, por meio de contrato, que pode ser estendido à distribuição dos livros, desde que obedecidas as condições e exigências, como certidões do INSS, do FGTS e toda a documentação habitual para negócios com o setor público, esclareceu Neto.

Conselho edita clássicos da literatura a preço de custo

O Conselho Editorial do Senado oferece clássicos da literatura e do direito brasileiros, ao lado de obras de interesse jurídico e político. Títulos de expoentes das letras nacionais como Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Padre Antônio Vieira, Capistrano de Abreu, Gilberto Amado e Oliveira Viana estão entre os 134 livros publicados pelo Senado atualmente. Os preços variam de R\$ 8 a R\$ 30.

Os livros do Conselho Editorial, que é presidido desde sua fundação pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), têm padrão visual e acabamento de qualidade superior e são divididos nas seguintes coleções: Biblioteca Básica Brasileira (capa amarela, sobre a formação nacional), Clássicos da Política (capa azul, textos básicos sobre o pensamento político), Brasil 500 Anos (capa verde, referências para o estudo da História do Brasil), O Brasil Visto por Estrangeiros (capa bege, re-

flexões sobre a realidade brasileira), Memória Brasileira (história política do Brasil, em edição fac-similar) e Memória Constitucional Brasileira (análise das constituições e leis nacionais).

LEGISLAÇÃO

O Catálogo de Publicações do Senado oferece ainda livros com legislação, como o Estatuto da Microempresa, a Lei de Responsabilidade Fiscal comentada e o Estatuto da Cidade. A Constituição federal é uma das publicações mais vendidas pelo Senado. Encontra-se disponível em disquete, a R\$ 2, e na versão impressa, a R\$ 7.

SERVIÇO

- Loja virtual do Senado na Internet: <http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm>
- Site do Conselho Editorial: <http://www.senado.gov.br/web/cgraf/conselho/>
- Subsecretaria de Edições Técnicas: 61-311.3575

CPI apura denúncia sobre atuação de ONG canadense

A CPI das Organizações Não-Governamentais (ONGs) reúne-se hoje, logo após a ordem do dia, para ouvir exposição dos ministros da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, e da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, sobre atuação da organização canadense Focus on Sabbatical, que, segundo denúncias dos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT), está agindo irregularmente no Brasil.

Em pronunciamentos feitos em Plenário, Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra explicaram que a ONG Focus on Sabbatical reúne 4,5 mil agricultores canadenses e americanos e tem por objetivo proteger seus participantes e o mercado de seus respectivos países. No Brasil, denunciou Jonas Pinheiro, a organização propôs pagar aos produtores brasileiros US\$ 35 por acre para que deixem de cultivar soja, sob a alegação de que a diminuição da produção desse grão forçaria o crescimento do seu preço no mercado internacional.

— Essa ONG foi criada pelo produtor rural canadense Ken Groudy, que foi quem apresentou a proposta aos produtores brasileiros e que lhes garantiu que os recursos para o pagamento viriam



Segundo Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra, ONG propôs pagar a agricultores que deixassem de plantar soja

dos próprios produtores americanos, que têm muito interesse em manter num patamar mais elevado o preço da soja e de outros grãos, para que não haja quebra-deira nem recessão por lá — acrescentou Pinheiro.

O senador Carlos Bezerra chamou de “falso discurso” a defesa do livre comércio feita pelos países desenvolvidos e cobrou clareza nas regras do comércio internacional.

— Nessa guerra comercial, muitas vezes são utilizados mecanismos sujos, informações falsas e desinformações — alertou.

Carlos Bezerra disse que os produtores de soja do hemisfério Norte estariam dispostos a investir até US\$ 400 milhões para reduzir a produção de soja no Brasil. Segundo ele, essa proposta foi apresentada no dia 29 de janeiro à Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por Joel Whitney, presidente da ONG canadense.

Senado promove encontro sobre relações públicas

Será realizado amanhã, no Auditório Petrônio Portella, o I Encontro Ibero-Americano de Relações Públicas, que vai reunir estudantes e profissionais da área de Comunicação Social dos setores público e privado. O evento está sendo coordenado pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado e pelo Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas do Brasil (Conferp).

Além do presidente do Conferp e diretor de comunicação organizacional da Ketchum Estratégica, Flávio Schmidt, que abordará o tema “As Relações Públicas no Brasil e seus Aspectos Diferenciais”, participarão do encontro, como palestrantes, especialistas da Argentina e da Espanha.

O professor da Escola de Negócios e presidente do Conselho de Relações Públicas de Barcelona, na Espanha, Jordi Balcells, fará a primeira palestra do evento, cujo tema é “A Visão Européia de Relações Públicas”.

O professor argentino da Universidade de Córdoba e presidente da Fundação para Investigação e Desenvolvimento em Educação e Comunicação, Daniel Cohen, fará uma apresentação enfocando questões sobre “As Relações Públicas na América Latina”.

O encontro, que começa às 9h e tem encerramento previsto para o meio-dia, é aberto à comunidade. A entrada é franca. Maiores informações pelo telefone (61) 311-3388.

Amir Lando defende reforma agrária ligada à presidência

Para senador, nova estrutura daria mais agilidade ao programa, além de maior eficiência na promoção de emprego e no combate à fome

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse ontem que a melhor forma de o Brasil garantir emprego e renda e saciar a fome de sua população é promover a reforma agrária. Ele sugeriu que o novo governo federal, em vez de manter o Ministério do Desenvolvimento Agrário, deve criar um órgão executivo, diretamente ligado ao presidente da República, com condições de realizar a reforma agrária com eficiência e determinação.

— Quem recebe um pedaço de terra semeia o grão e colhe o fruto. E a primeira coisa que faz é saciar a fome, é comer três vezes por dia, talvez até quatro. A produção, em primeiro lugar, serve ao consumo do agricultor e de sua família. Por isso sabemos que o preço mais barato para gerar o emprego é a reforma agrária — afirmou Amir Lando.

Na avaliação do senador por Rondônia, o atual sistema brasileiro de distribuição de posse e uso da terra é injusto. Amir Lando considera que a Constituição de 1988 representou um retrocesso



Para Amir Lando, o número de famílias assentadas não reflete a realidade

para a reforma agrária, sobretudo quando trouxe de volta a exigência da necessidade de prévia indenização para que seja efetuada a desapropriação da terra. Ele também destacou avanços patrocinados pelos governos militares, principalmente a criação do Estatuto da Terra.

NÚMEROS OFICIAIS

Amir Lando criticou a divulgação que o governo federal faz hoje da reforma agrária e questionou os números oficiais. Ele acha que a reforma agrária patrocinada

da pelo governo Fernando Henrique Cardoso é mentirosa e as notícias sobre o assunto não representam a realidade. O senador não considera verdade a afirmação de que nunca se assentou tanta gente como nos últimos oito anos.

Apesar de reconhecer a importância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) quando foi criado, Amir Lando lamentou que o órgão não venha atuando de maneira eficiente. Para ele, houve retrocesso na atuação do Incra, que “hoje não zela ou dá a destinação social que a lei determina para a terra”.

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) testemunhou que, no seu estado, o Incra deixou de desempenhar o trabalho que fazia, por falta de recursos. Ele registrou que, apesar de hoje Rondônia contar com 150 mil hectares de terras desapropriadas, o órgão não tem condições de assentar nem uma família sequer. “Além disso, os sem-terra que atualmente estão ocupando seis ou sete propriedades rurais já poderiam estar instalados nas terras desapropriadas”, comentou.

Heloísa: FMI tem “receituário decadente”

A propósito da chegada da delegação do FMI ao Brasil, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou o que chamou de “receituário decadente” daquela instituição, que fragiliza as economias dos países em desenvolvimento ao exigir superávit primário, privatizações e liberdade para entrada e saída de capitais estrangeiros.

— Antes de mais nada, essa receita é danosa para a soberania brasileira, cujos preceitos estão descritos com precisão na Constituição de 1988 — afirmou.

Heloísa Helena lembrou que nas últimas eleições uma maioria expressiva votou contra o governo Fernando Henrique Cardoso e, por consequência, contra seu atual relacionamento com o FMI.

— O povo quer mudanças estruturais e o novo governo do PT precisa implementá-las, sob pena de comprometer seu capital elei-

toral — advertiu.

Heloísa Helena criticou os credores internacionais do Brasil que querem ganhar dinheiro sem produção e sem correr os riscos próprios do capitalismo.

— Qualquer ventinho de mudança e logo surgem advertências: precisamos acalmar o mercado, evitar contaminação, afastar o pesadelo — disse.

PRODUÇÃO

A senadora lembrou as expectativas dos brasileiros, que “querem é aumentar a produção e as vendas no varejo, gerar empregos, ampliar programas sociais de combate à fome e à falta de moradia e melhorar o atendimento à educação e à saúde”, ressaltando que, “infelizmente, essas metas não interessam ao Fundo Monetário Internacional”.

Heloísa disse ainda que não há



Brasileiros querem mudanças estruturais, diz Heloísa Helena

mais sentido em negociar a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), depois que o Congresso norte-americano listou 340 produtos para ficarem “de fora” das negociações para proteger a indústria norte-americana. Entre eles, evidentemente, aqueles que interessam ao Brasil, como têxteis, produtos agrícolas, açúcar, álcool e calçados, friso.

Carlos Wilson ressalta segurança do novo painel

Para o 1º secretário do Senado, foi exemplar o trabalho realizado pelo Prodasen para desenvolver o atual sistema de votação eletrônica

O novo sistema de votação eletrônica do Senado, inaugurado no dia 30 de setembro, "é dos mais seguros do mundo", na avaliação do 1º secretário da Casa, senador Carlos Wilson (PTB-PE). Segundo afirmou, o Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen) desenvolveu um trabalho exemplar após o episódio da violação do painel no início do ano passado.

— Acompanhado pela Unicamp, o Prodasen recuperou não

apenas o painel que havia sido violado, mas sua própria credibilidade e, principalmente, a do Senado, que tinha sido arranhada como instituição — disse.

Carlos Wilson enfatizou que o preço pedido pela vencedora da licitação — a Visual — para implementar as mudanças no sistema correspondia à metade do que havia sido solicitado pela empresa que ficou em segundo lugar. Ele destacou a larga experiência da empresa, que trabalha há dez anos para a Assembléia Legislativa



Carlos Wilson enfatizou o preço cobrado pela empresa que implementou as mudanças no painel

de Minas Gerais e foi responsável pela instalação dos painéis na sede dos legislativos de Goiânia (GO) e Palmas (TO).

Mario Sergio Pereira Martins, que presidiu a comissão técnica especial que acompanhou e supervisionou a instalação do novo sistema, disse que as modificações introduzidas pela Visual foram complementadas pelo Prodasen. De acordo com o técnico, tanto a empresa quanto o órgão do Senado agiram orientados pelos relatórios produzidos com base nas

investigações, inclusive da Polícia Federal, que se seguiram à violação do painel.

CERTIFICAÇÃO

O novo sistema foi inspecionado e aprovado por técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp), que teve a tarefa de conceder a certificação, antes da sua entrada em funcionamento. Martins esclareceu também que, no novo sistema de votação eletrônica, de modo diferente do que ocorria antes, apenas os senadores conhecerão suas senhas de votação.

Entre as novas medidas de segurança, o Senado passou a utilizar uma câmera de TV para monitorar todo o trânsito na sala de operação e controle do sistema. Além disso, apenas quatro funcionários têm autorização para entrar no local.

A inauguração do novo painel, de acordo com Martins, representou "o coroamento do grande esforço do Prodasen, após período de intenso trabalho", desenvolvido por três comissões, duas técnicas e uma de licitação. Houve também, disse, a contribuição de funcionários da Secretaria Geral da Mesa, Taquigrafia, 1ª Secretaria, Advocacia, Secretaria de Controle Interno e Subsecretaria de Engenharia do Senado.

Projeto inclui renda familiar na compra da casa própria

A renda de toda a família que mora numa mesma residência terá de ser levada em conta pelos agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) no momento de conceder financiamento de até 1.500 UPCs (Unidade Padrão de Capital) destinado à compra da casa própria (o valor atual da UPC é de R\$ 18,62). É o que prevê projeto de lei de autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que deverá ser votado ainda este mês pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o senador, a proposta, ao definir um nível menor de exigências nos financiamentos do SFH, objetiva elevar o número de financiamentos da casa própria, criando condições para que seja reduzido o déficit habitacional no país, estimado em 6 milhões de unidades pelo atual governo.

Ao conceder parecer favorável à matéria, o senador Lauro Campos (PDT-DF) diz que a nova composição da renda familiar proposta não implica aumento de risco para os agentes financeiros. No entendimento do relator, ao se ampliar a composição das rendas, incluindo-se as pessoas que habitam uma mesma unidade familiar, igualmente se ampliam as possibilidades de um maior grau de adimplência no sistema. Todos os membros da família com renda levada em conta para garantir a concessão do financiamento ha-



Waldeck Ornélas, autor da proposta: objetivo é elevar o número de financiamentos do SFH

bitacional, afirma, adquirem "o status de co-adquirente do imóvel. Portanto, são também responsáveis legais pela obrigação financeira a ser contratada".

Lauro Campos acha que a proposta de Ornélas consegue corrigir distorção hoje imposta por simples normas administrativas dos agentes financeiros do SFH, impedindo que muitas famílias tenham acesso ao financiamento habitacional.

SANEAMENTO

Por tramitar em caráter terminativo, a proposta não poderá ser examinada antes da liberação da pauta do Plenário, trancada até que sejam votadas 18 medidas provisórias (MPs). Na reunião de hoje, a CAE poderá examinar matérias não-terminativas, como a mensagem presidencial que solicita autorização para contratação de US\$ 75 milhões junto ao Banco Mundial, para financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento.

Proposta que regulamenta profissão de cabeleireiro será votada na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que regulamenta o exercício das profissões de cabeleireiro, barbeiro, manicuro, pedicuro, esteticista e massagista. Conforme o projeto, só poderão exercer essas atividades os portadores de comprovante de habilitação em cursos ministrados por instituições públicas ou privadas ou aqueles que estiverem exercendo efetivamente a profissão há pelo menos três anos. A concessão do registro será feita medi-

ante apresentação da identidade e comprovação de cumprimento das obrigações eleitorais e com o serviço militar.

O projeto especifica todas as funções profissionais em salões de cabeleireiro, institutos de beleza e estabelecimentos similares. Em sua justificativa, o senador diz que a regulamentação integra a tradição brasileira de ordenamento jurídico, conforme dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a finalidade de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

— No contexto da nossa socie-

dade, é até desnecessário ressaltar o valor dos profissionais da estética corporal. Os cuidados corporais são parte integrante da vida social contemporânea e influenciam diretamente o desempenho e sucesso das pessoas. O projeto atende ainda a justa reivindicação dos profissionais da estética corporal que anseiam há muito tempo pela regulamentação de seus ofícios — disse.

Se aprovado na comissão, o projeto vai direto para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso solicitando que a matéria seja votada no Plenário do Senado.

Congresso expõe obras de artistas do Brasil, Portugal, Rússia e Japão

O Congresso promove até quinta-feira, no Salão Negro, a 1ª Mostra Internacional de Artes. A exposição, organizada pela curadora Rose Fonseca, em conjunto com a embaixada da Rússia, reúne obras de artistas plásticos do Brasil, Rússia, Japão e Portugal. A exposição tem apoio do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

A mostra objetiva o intercâmbio cultural entre os países participantes. Os au-

tores têm participado de eventos em países como França, Bélgica, Estados Unidos e Holanda, informou a curadora.

Participam da mostra Alessandra Alves, Cacilda Vitória, Célia Mariah, Cláudia Pacheco, Cláudio Caixeta, Dámon Farias, Evandra Rocha, Leonardo Alves, Lílian Rocha, Luiz Olinto, Rose di Rose, Manuela Figueiredo (Portugal), Shinoda (Japão) e Svetlana (Rússia).

Plenário aprova voto de pesar pela morte da mãe de Lúcio Alcântara

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Maria Dolores Alcântara e Silva, mãe do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ocorrido no dia 1º, em Fortaleza. O requerimento aprovado foi encabeçado pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Maria Dolores tinha 91 anos.